Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD



Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.)

Informações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2026

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.

informações financeiras intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 1
BALANÇO PATRIMONIAL 3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO 7

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL 8
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS 9
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS 10
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 10
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 10
6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 11
7. ATIVOS DE CONTRATO 11
8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 12
9. DEBÊNTURES 13
10. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL) CORRENTES E DIFERIDOS 15
11. PIS E COFINS DIFERIDOS 16
12. CONTINGÊNCIAS 17
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 17
14. LUCRO POR AÇÃO 18
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 19
16. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS 19
17. RESULTADO FINANCEIRO 20
18. PARTES RELACIONADAS 20
19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 21
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS 22
21. SEGUROS 23
22. EVENTOS SUBSEQUENTES 23

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

Relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., em 30 de setembro de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2026, o desempenho de suas operações para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

www.pwc.com.br

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua do Russel, 804, 7º, Ed. Manchete,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 22210-907
T: +55 (11) 4004-8000

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.

Outros assuntos - Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As informações financeiras intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, às mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela mesma data, obtidas das informações financeiras intermediárias daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de novembro de 2025 e 12 de março de 2026, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Assinado por: Bruno Guedes Monteiro:10055965733
CPF: 10055965733
Data/Hora da Assinatura: 11 de novembro de 2026 | 19:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla
D02B7954D37247C...

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.128	13.980
Títulos e valores mobiliários	5	33.380	32.848
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	20.865	20.296
Ativos de contrato	7	143.929	134.260
Serviços de P&D		1.503	1.503
Depósitos judiciais		-	13
Impostos e contribuições a recuperar		1.257	2.443
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		5.231	6.147
Outros ativos		196	1.307
Total do circulante		**223.489**	**212.797**
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	13.980	12.854
Depósitos judiciais		16	3
Intangível		1.119	1.170
Ativos de contrato	7	1.203.018	1.153.024
Total do não circulante		**1.218.133**	**1.167.051**
Total do ativo		**1.441.622**	**1.379.848**

Passivo	Notas	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores		2.596	4.275
Empréstimos e financiamentos	8	16.868	17.382
Debêntures	9	5.205	3.515
Impostos e contribuições a recolher		1.296	1.151
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		4.474	6.736
PIS e COFINS diferidos	11	13.314	5.626
Partes relacionadas	18	945	-
Dividendos a pagar	18	-	1.792
Encargos setoriais		2.299	1.896
Outros passivos		6.171	5.807
Total do circulante		**53.168**	**48.180**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	272.401	285.228
Debêntures	9	86.078	85.085
PIS e COFINS diferidos	11	111.280	113.448
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	277.944	253.524
Outros passivos		3.251	1.650
Total do não circulante		**750.954**	**738.935**
Total do passivo		**804.122**	**787.115**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	89.257	89.257
Reserva legal		17.850	17.850
Reserva de lucros a realizar		350.993	350.993
Reserva de incentivos fiscais		63.227	63.227
Reserva para investimento e expansão		23.198	71.406
Lucro do período		92.975	-
Total do patrimônio líquido		**637.500**	**592.733**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.441.622**	**1.379.848**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita operacional líquida	15	69.152	152.248	38.096	**115.215**
Custos operacionais	16 (a)	(1.212)	(4.571)	(1.157)	(3.493)
Lucro bruto		**67.940**	**147.677**	**36.939**	**111.722**
Despesas gerais e administrativas	16 (b)	(1.555)	(5.350)	(277)	(941)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	3	298	297
Total de despesas operacionais		**(1.555)**	**(5.347)**	**21**	**(644)**
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**66.385**	**142.330**	**36.960**	**111.078**
Receitas financeiras		1.679	5.664	4.038	9.148
Despesas financeiras		(6.442)	(26.113)	(6.750)	(28.330)
Resultado financeiro	17	**(4.763)**	**(20.449)**	**(2.712)**	**(19.182)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**61.622**	**121.881**	**34.248**	**91.896**
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.662)	(4.486)	(2.098)	(4.928)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(14.604)	(24.420)	(3.673)	(12.602)
Impostos sobre o lucro	10 (a)	**(16.266)**	**(28.906)**	**(5.771)**	**(17.530)**
Lucro líquido do período		**45.356**	**92.975**	**28.477**	**74.366**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro líquido do período	**45.356**	**92.975**	**28.477**	**74.366**
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-
Total resultados abrangentes	**45.356**	**92.975**	**28.477**	**74.366**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**89.257**	**17.844**	**16.878**	**228.115**	**44.499**	**75.077**	**-**	**471.670**
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(75.077)	-	(75.077)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	74.366	74.366
Saldos em 30 de setembro de 2025	13	**89.257**	**17.844**	**16.878**	**228.115**	**44.499**	**-**	**74.366**	**470.959**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13	**89.257**	**17.850**	**71.406**	**350.993**	**63.227**	**-**	**-**	**592.733**
Dividendos intermediários		-	-	(48.208)	-	-	-	-	(48.208)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	92.975	92.975
Saldos em 30 de setembro de 2026		**89.257**	**17.850**	**23.198**	**350.993**	**63.227**	**-**	**92.975**	**637.500**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2026	30/09/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		121.881	91.896
Ajuste para:			
Amortização do intangível		51	41
Remuneração do ativo de contrato	7	(161.316)	(121.727)
Receita de operação e manutenção	7	(8.333)	(5.940)
PIS e COFINS diferidos	11	5.520	2.149
Encargos financeiros e custos de transação da dívida	8/9	22.148	23.721
Rendimentos de aplicações financeiras	17	(4.372)	(8.241)
Provisão para perdas de créditos esperadas		1.001	-
		(23.420)	**(18.101)**
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		108.416	97.304
Impostos e contribuições a recuperar		1.186	11
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		916	(205)
Depósitos judiciais		-	(17)
Outros ativos		1.111	(22)
Fornecedores		(1.679)	(1.410)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		154	-
Impostos e contribuições a recolher		145	283
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		(5.579)	(586)
Partes relacionadas		945	-
Encargos setoriais		403	361
Outros passivos		1.811	166
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**84.409**	**77.784**
Juros recebidos de aplicações financeiras		-	9.013
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.169)	(4.279)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	8/9	(19.036)	(20.409)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**64.204**	**62.109**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicação e resgate de títulos e valores mobiliários		2.714	31.614
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**2.714**	**31.614**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos	8	(12.336)	(11.731)
Amortização de debêntures, líquido dos custos de transação	9	(1.434)	(918)
Dividendos pagos	18 (a)	(50.000)	(81.053)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(63.770)**	**(93.702)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**3.148**	**21**
Variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		13.980	202
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		17.128	223
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**3.148**	**21**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

1. Contexto operacional

A Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. ("Alto Sertão Transmissora", "Companhia" ou "Outorgada"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 26.845.283/0001-66 e constituída em 17 de novembro de 2016, controlada diretamente pela Verene Transmissão Subholding S.A. ("Verene Subholding") e indiretamente pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB"), e pela Verene Energia S.A. ("Verene Energia"), com sede na Rua do Catete, 359– Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.220-001,a qual tem como controladora final a *Caisse de dêpot et placement du Québec ("La Caisse")*(**). A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3 C2, em 500(*) kV, com extensão aproximada de 257(*) quilômetros.

(*) Não revisado.
(**) Vide nota explicativa 22 - Eventos subsequentes.

1.1. Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão nº 013/2017, assinado entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1.600/2020, com validade até 17 de dezembro de 2030. Nos termos da legislação aplicável, sua renovação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do término do respectivo prazo de validade.

1.2. Receita Anual Permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estando elas estabelecidas conforme detalhado a seguir:

Ciclo	RAP	Despacho / Resolução homologatória (RH)	Índice de correção
2026-2027	136.581	nº 2.268/2026, de 22 de junho de 2026	IPCA
2025-2026	130.419	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 4,72% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de julho de 2022), que reajustou em 9,38% a RAP.

1.3. Reforma tributária sobre consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023 a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrou em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 30 de setembro de 2026, data-base destas informações financeiras intermediárias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

1.4. Alienação do controle acionário

Em 31 de outubro de 2025, foi concluída a alienação da totalidade das ações de emissão da Verene Transmissão Subholding S.A. (anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A.) detidas pela Equatorial S.A. (“Vendedora”). A Verene Transmissão Subholding S.A. é a controladora e única acionista de sete sociedades, entre elas a Companhia. As ações foram adquiridas pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A. (“IEB”), na qualidade de compradora, subsidiária integral da Verene Energia S.A., que, por sua vez, é controlada pela La Caisse (Caisse de dépôt et placement du Québec – CDPQ).

Com a conclusão dessa transação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Verene, por meio da IEB.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações financeiras intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

As informações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias. Desta forma, as informações relevantes, próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2026.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não vigentes

Os novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, cuja vigência ainda não se iniciou, não apresentam alterações relevantes em relação às informações anteriormente divulgadas na Nota Explicativa nº 3.13 das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, não sendo esperados impactos significativos nas informações financeiras da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota explicativa 3 – Políticas contábeis materiais, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser analisadas e lidas em conjunto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	76	1.027
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	17.052	8.949
Operações compromissadas	-	4.004
Total	**17.128**	**13.980**

(a) Referem-se a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, e Operações Compromissadas com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Os CDBs têm sua remuneração baseada na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 equivale a 98,41% a.a. do CDI (90,54% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5. Títulos e valores mobiliários

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Cotas de fundos de investimento (a)	33.380	32.848
	33.380	**32.848**
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	13.980	12.854
	13.980	**12.854**
Total	**47.360**	**45.702**

(a) Os fundos de investimento são compostos por ativos financeiros com vencimentos superiores a três meses e/ou mantidos para fazer frente a investimentos, como a construção de projetos de infraestrutura para prestação dos serviços da concessão. Visando melhor rentabilidade, são compostos majoritariamente por Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e por operações compromissadas com instituições financeiras de primeira linha, de acordo com a política de investimento dos fundos.

(b) Referem-se às aplicações restritas à garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

A carteira da Companhia tem como benchmark de remuneração a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 equivale a 100,20% a.a. do CDI (99,48% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição das contas a receber:

	30/09/2026	31/12/2025
A vencer	13.887	13.185
Saldos vencidos		
Até 90 dias	671	386
Entre 91 e 180 dias	230	867
Entre 181 e 365 dias	389	565
Acima de 365 dias (a)	6.689	5.293
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) (b)	(1.001)	-
Total	**20.865**	**20.296**

(a) A Companhia, na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de "contas a receber", no ativo circulante e "Encargos rescisórios – ONS" no passivo circulante, na rubrica de "outros passivos", em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até o efetivo recebimento dos valores e a transferência destes à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do "máximo esforço" compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui ingerência, responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

Segue abaixo a composição do saldo acima de 365 dias:

	30/09/2026	31/12/2025
Encargos rescisórios - ONS	5.867	5.236
Outros	822	57
Total	**6.689**	**5.293**

(b) A Companhia realiza a avaliação da perda de crédito esperada utilizando informações históricas, condições atuais e projeções, considerando a probabilidade de inadimplência, o montante da perda estimada e a exposição ao risco de crédito.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. A provisão foi reconhecida em decorrência da avaliação de perdas esperadas de crédito, elaborada com base nas melhores informações e estimativas disponíveis pela Administração.

7. Ativos de contrato

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante	143.929	134.260
Não circulante	1.203.018	1.153.024
Total	**1.346.947**	**1.287.284**

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

Em 31 de dezembro de 2024	**1.094.138**
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	5.940
Remuneração (b)	121.727
Amortização (c)	(69.649)
Em 30 de setembro de 2025	**1.152.156**
Em 31 de dezembro de 2025	**1.287.284**
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	8.333
Remuneração (b)	161.316
Amortização (c)	(109.986)
Em 30 de setembro de 2026	**1.346.947**

(a) O saldo decorre da contrapartida de receita de manutenção e operação reconhecida no período;
(b) A remuneração do ativo de contrato é reconhecida com base na taxa do projeto, considerando os fluxos futuros de recebimentos trazidos a valor presente, os quais são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final do contrato de concessão.

8. Empréstimos e financiamentos

	30/09/2026			31/12/2025		
	Principal + Juros	**Custo de captação**	**Total**	**Principal + Juros**	**Custo de captação**	**Total**
Circulante	16.987	(119)	16.868	17.502	(120)	17.382
Não circulante	273.754	(1.353)	272.401	286.671	(1.443)	285.228
Total	**290.741**	**(1.472)**	**289.269**	**304.173**	**(1.563)**	**302.610**

(a) Características

				Vigência	
Moeda nacional (R$)	**Custo da dívida (%a.a.)**	**Garantia**	**Amortização principal e juros**	**Início**	**Vencimento**
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	IPCA + 2,57%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	Mensal	Fev/19	Jan/39

(b) Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período está demonstrada a seguir:

	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2024	**16.880**	**301.988**	**318.868**
Efeito no fluxo de caixa:			
Amortização de principal	(11.731)	-	(11.731)
Pagamentos de juros	(19.252)	-	(19.252)
Efeito não caixa:			
Encargos e variação monetária	18.458	(272)	18.186
Transferências	12.281	(12.281)	-
Custo de captação (i)	90	-	90
Em 30 de setembro de 2025	**16.726**	**289.435**	**306.161**
Em 31 de dezembro de 2025	**17.382**	**285.228**	**302.610**
Efeito no fluxo de caixa:			
Amortização de principal	(12.336)	-	(12.336)
Pagamentos de juros	(16.861)	-	(16.861)
Efeito não caixa:			
Encargos e variação monetária	15.765	-	15.765
Transferências	12.917	(12.917)	-
Custo de captação (i)	1	90	91
Em 30 de setembro de 2026	**16.868**	**272.401**	**289.269**

(i) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

(c) Cronograma de amortização

	30/09/2026	
	Principal + Juros	**%**
Circulante	**16.868**	**6%**
2027	4.345	2%
2028	17.424	6%
2029	17.771	6%
2030 em diante	234.214	81%
(-) Custo de captação (Não circulante)	(1.353)	(1%)
Não circulante	**272.401**	**94%**
Total de empréstimos	**289.269**	**100%**

(d) *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, reais e covenants não financeiros, cujo não cumprimento poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. O contrato define a obrigatoriedade de constituição de Conta Reserva, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

9. Debêntures

	30/09/2026			31/12/2025		
	Principal + Juros	**Custo de captação**	**Total**	**Principal + Juros**	**Custo de captação**	**Total**
Circulante	5.401	(196)	5.205	3.712	(197)	3.515
Não circulante	88.350	(2.272)	86.078	87.504	(2.419)	85.085
Total	**93.751**	**(2.468)**	**91.283**	**91.216**	**(2.616)**	**88.600**

(a) Características

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento
1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	1ª	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39

(1) Emissão pública de debêntures simples
(2) Não conversíveis em ações
(3) Espécie quirografária
(4) Debêntures incentivadas
(5) Garantia fidejussória
(6) Amortização principal e juros: Semestral

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

(b) Movimentação

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	**2.464**	**83.926**	**86.390**
Efeito no fluxo de caixa:			
Amortização de principal	(918)	-	(918)
Pagamentos de juros	(2.132)	-	(2.132)
Efeito não caixa:			
Encargos e variação monetária	3.970	2.303	6.273
Transferências	584	(584)	-
Custo de captação (i)	147	-	147
Em 30 de setembro de 2025	**4.115**	**85.645**	**89.760**
Em 31 de dezembro de 2025	**3.515**	**85.085**	**88.600**
Efeito no fluxo de caixa:			
Amortização de principal	(1.434)	-	(1.434)
Pagamentos de juros	(2.175)	-	(2.175)
Efeito não caixa:			
Encargos e variação monetária	3.384	2.760	6.144
Transferências	1.914	(1.914)	-
Custo de captação (i)	1	147	148
Em 30 de setembro de 2026	**5.205**	**86.078**	**91.283**

(i) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	30/09/2026	
	Principal + Juros	%
Circulante	**5.205**	**6%**
2027	1.484	2%
2028	3.829	4%
2029	4.751	5%
2030 em diante	78.286	86%
(-) Custo de captação (Não circulante)	(2.272)	(3%)
Não circulante	**86.078**	**94%**
Total de debêntures	**91.283**	**100%**

(d) *Covenants* e garantias das debêntures

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

(i) Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) tendo como base suas informações trimestrais;

(ii) Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado, medido na fiadora Verene Transmissão Subholding S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros), tendo como base suas informações trimestrais.

A posição dos covenants financeiros das debêntures em 30 de setembro de 2026 está demonstrada a seguir:

Covenants debêntures	1ª emissão
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	2,66
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	3,69

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) correntes e diferidos

(a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	01/07/2026 a 30/09/2026		01/01/2026 a 30/09/2026		01/07/2025 a 30/09/2025		01/01/2025 a 30/09/2025	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro antes do IR e CSLL	61.622	61.622	121.881	121.881	34.248	34.248	91.896	91.896
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Subtotal	**(15.406)**	**(5.546)**	**(30.470)**	**(10.969)**	**(8.562)**	**(3.082)**	**(22.974)**	**(8.271)**
Dedução do adicional do IR	6	-	18	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social, nominais	**(15.400)**	**(5.546)**	**(30.452)**	**(10.969)**	**(8.562)**	**(3.082)**	**(22.974)**	**(8.271)**
IRPJ subvenção governamental (i)	4.610	-	12.443	-	5.823	-	13.672	-
Outras adições (reversões) permanentes	52	18	53	19	38	12	36	7
Total	**(10.738)**	**(5.528)**	**(17.956)**	**(10.950)**	**(2.701)**	**(3.070)**	**(9.266)**	**(8.264)**
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	(1.662)	-	(4.486)	-	(2.098)	-	(4.928)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(10.738)	(3.866)	(17.956)	(6.464)	(2.701)	(972)	(9.266)	(3.336)
Total	**(10.738)**	**(5.528)**	**(17.956)**	**(10.950)**	**(2.701)**	**(3.070)**	**(9.266)**	**(8.264)**
Taxa efetiva	17%	9%	15%	9%	8%	9%	10%	9%

(i) Em 18 de agosto de 2021, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo n° 0105/2021, que outorga à Companhia o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) em função da implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com fruição por 10 anos.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	30/09/2026
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal	**5.261**	**-**	**5.261**
Total	**5.261**	-	**5.261**
Passivo fiscal diferido			
Custo/ Receita - CPC 47/IFRS 15	(258.848)	(24.099)	(282.947)
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	63	-	63
Outros	-	(321)	(321)
Total	**(258.785)**	**(24.420)**	**(283.205)**
Total líquido	**(253.524)**	**(24.420)**	**(277.944)**

	31/12/2024	Reconhecimento no resultado	30/09/2025
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal	**5.261**	**-**	**5.261**
Total	**5.261**	**-**	**5.261**
Passivo fiscal diferido			
Custo/ Receita - CPC 47/IFRS 15	(192.203)	(12.591)	(204.794)
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	61	(11)	50
Total	**(192.142)**	**(12.602)**	**(204.744)**
Total líquido	**(186.881)**	**(12.602)**	**(199.483)**

(c) Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias

Os prejuízos fiscais não possuem limite temporal para utilização, estando sua compensação limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício. Considerando o atual benefício fiscal de redução do IRPJ usufruído pela Companhia, a realização dos respectivos créditos tributários é esperada principalmente após o encerramento desse incentivo, com base na projeção de lucros tributáveis futuros que suportam sua recuperação.

11. PIS e COFINS diferidos

	30/09/2026	31/12/2025
PIS	22.226	21.240
COFINS	102.368	97.834
Total	**124.594**	**119.074**
Circulante	13.314	5.626
Não circulante	111.280	113.448

A variação ocorre devido à revisão da segregação de curto e longo prazo do PIS e COFINS diferidos, de modo a alinhá-la ao cronograma de realização do ativo de contrato.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

A base de cálculo está apresentada a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Receita sobre ativos financeiros	161.316	162.245
Receita Anual Permitida - RAP	(109.986)	(139.993)
Receita de Operação e Manutenção	8.333	7.918
Revisão de premissas de ativo de contrato (a)	-	162.976
Base para PIS/COFINS diferido	**59.663**	**193.146**
Alíquota	9,25%	9,25%
PIS/COFINS diferidos (i)	**5.520**	**17.866**
Ajuste de PIS/COFINS (ii)	-	(1)
Saldo no início do exercício (iii)	119.074	101.209
Saldos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (i) + (ii) + (iii)	**124.594**	**119.074**

(a) A variação nesta linha refere-se à mudança de premissas na metodologia do ativo de contrato explicada na nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras de 2025.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a Administração entende pela exigibilidade do montante, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia monitora de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

12. Contingências

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, classificou os processos em curso, abaixo demonstrados, como possíveis. Os valores atualizados em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Possível		
Cível	3	79
Total	**3**	**79**

13. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 89.257 e está representado por 89.256.949 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Verene Transmissão Subholding S.A. (controlada indireta da Verene Energia S.A.). Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

(b) Reserva Legal

Como trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal é de R$ 17.850.

(c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 30 de setembro de 2026, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R$ 350.993 (R$ 350.993 em 31 de dezembro de 2025).

(d) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 30 de setembro de 2026, o saldo desta reserva é de R$ 63.227 (R$ 63.227 em 31 de dezembro de 2025).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

(e) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 22 de maio de 2026, foi deliberada e aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ 48.208, com recursos desta reserva. Sendo assim, em 30 de setembro de 2026, o saldo desta reserva é de R$ 23.198 (R$ 71.406 em 31 de dezembro de 2025).

14. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	30/09/2026	30/09/2025
Lucro líquido do período	**92.975**	**74.366**
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	89.257	89.257
Lucro básico e diluído por ação	**1,04**	**0,83**

Em 30 de setembro de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

15. Receita operacional líquida

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita bruta				
Remuneração de ativos de contrato (a)	74.336	161.316	40.372	121.727
Receita de operação e manutenção	2.669	8.333	1.909	5.940
Outras deduções	(307)	(365)	-	-
Total	**76.698**	**169.284**	**42.281**	**127.667**
Deduções da receita				
PIS/COFINS corrente e diferido	(7.095)	(15.626)	(3.734)	(11.162)
Encargos do consumidor (b)	(451)	(1.410)	(451)	(1.290)
Total	**(7.546)**	**(17.036)**	**(4.185)**	**(12.452)**
Receita operacional líquida	**69.152**	**152.248**	**38.096**	**115.215**

(a) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 7 – Ativo de contrato;

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

16. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Serviços de terceiros	(768)	(3.334)	(518)	(1.676)
Pessoal	(361)	(1.073)	(597)	(1.681)
Material	(6)	(11)	-	(30)
Amortização do ativo intangível	-	-	(13)	(41)
Outros custos	(77)	(153)	(29)	(65)
Total	**(1.212)**	**(4.571)**	**(1.157)**	**(3.493)**

(b) Despesas gerais e administrativas

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Pessoal (a)	(687)	(1.345)	(156)	(480)
Serviços de terceiros	(416)	(2.844)	(112)	(398)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(380)	(1.001)	-	-
Arrendamento e aluguéis	-	-	(2)	(4)
Seguros	(35)	(80)	-	-
Depreciações e amortizações	(23)	(51)	-	-
Outras (despesas) receitas	(14)	(29)	(7)	(59)
Total	**(1.555)**	**(5.350)**	**(277)**	**(941)**

(a) A variação observada decorre do rateio do compartilhamento de infraestrutura de pessoal, realizado em conformidade com a REN nº 948/2021, bem como com o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos, firmado em 26 de março de 2026, com anuência da ANEEL por meio do Despacho nº 1.740, de 15 de maio de 2026.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

17. Resultado financeiro

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Rendimento de aplicações financeiras (a)	1.541	5.717	2.921	8.258
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(82)	(276)	(197)	(446)
Outras receitas financeiras	220	223	1.314	1.336
Receitas financeiras	**1.679**	**5.664**	**4.038**	**9.148**
Encargos e variação monetária da dívida	(3.365)	(21.909)	(4.984)	(23.721)
Outras despesas financeiras (b)	(3.077)	(4.204)	(1.766)	(4.609)
Despesas financeiras	**(6.442)**	**(26.113)**	**(6.750)**	**(28.330)**
Resultado financeiro	**(4.763)**	**(20.449)**	**(2.712)**	**(19.182)**

(a) Os rendimentos sobre aplicações financeiras referem-se às aplicações classificadas como Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (TVM). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, foram registrados rendimentos de R$ 1.345 provenientes de CDB e R$ 4.372 de TVM, totalizando R$ 5.717.

(b) O aumento da rubrica decorre, principalmente, das despesas incorridas com assessores financeiros contratados e demais custos relacionados ao processo de obtenção da anuência dos debenturistas, no contexto da alteração do controle indireto da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

18. Partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, conforme detalhado a seguir:

	30/09/2026		31/12/2025	30/09/2025
	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)
Contas a receber				
Entidades controladas pela Equatorial S.A. (i)	-	-	-	79
Barreiras Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	24
Buritirama Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	25
Vale do Sertão Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	33
Jaíba Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	786
Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	376
Tapajós Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	53
Total	**-**	**-**	**-**	**1.376**
Contas a pagar				
Entidades controladas pela Equatorial S.A. (i)	-	-	-	(367)
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. (ii)	(38)	(38)	-	-
SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (ii)	(9)	(28)	-	-
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A. (ii)	(694)	(1.030)	-	-
Verene Energia S.A. (ii)	(194)	(2.913)	-	-
Verene Transmissão Subholding S.A. (ii)	-	(42)	-	(2.707)
Barreiras Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	(31)
Buritirama Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	(72)
Vale Do Sertão Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	(15)
Jaíba Transmissora de Energia S.A. (ii)	(10)	(149)	-	(1.498)
Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	-	(100)
Tapajós Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	(13)	-	(144)
Total	**(945)**	**(4.213)**	**-**	**(4.934)**
Dividendos a pagar				
Verene Transmissão Subholding S.A. (iii)	-	-	(1.792)	-
Total	**-**	**-**	**(1.792)**	**-**

(i) Em decorrência da alienação do controle acionário, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.4, a Companhia deixou de fazer parte do grupo econômico da Equatorial S.A.; dessa forma, as entidades controladas pela Equatorial S.A. não são mais classificadas como partes relacionadas da Companhia.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

(ii) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura Administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominiais, de informática e telecomunicações e de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;

(iii) Refere-se ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios constituídos em 31 de dezembro de 2025, liquidados no período findo em 30 de setembro de 2026;

(iv) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.4, em decorrência da alienação do controle acionário da Companhia, houve alteração das denominações sociais das empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Denominação atual	Denominação anterior
Verene Transmissão Subholding S.A.	Equatorial Transmissão S.A.
Barreiras Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.
Buritirama Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.
Vale do Sertão Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.
Jaíba Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.
Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.
Tapajós Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Verene Transmissão Subholding 2 S.A.	Equatorial Transmissora Holding S.A.

(a) Movimentação de dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.976**
Dividendos intermediários	75.077
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.792
Pagamento de dividendos	(81.053)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.792**
Dividendos intermediários	48.208
Pagamento de dividendos	(50.000)
Saldo em 30 de setembro de 2026	-

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

A Diretoria Executiva é remunerada de forma compartilhada entre todas as controladas da holding Verene Energia S.A. Em contrapartida, a remuneração dos membros do Conselho de Administração é atribuída e paga diretamente pela respectiva Companhia.

Em decorrência desse modelo, a Companhia não efetua pagamentos diretos à Diretoria Executiva, sendo reconhecida apenas a parcela da respectiva remuneração alocada à Companhia mediante rateio entre as empresas do Grupo. Assim, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, o montante reconhecido pela Companhia totalizou R$ 230.

Os membros da Administração não mantêm operações de empréstimos, adiantamentos ou outros acordos com a Companhia além daqueles relacionados aos serviços prestados no curso normal de suas atividades. A Companhia não concede ao seu pessoal-chave da Administração benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato, benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

19. Demonstração dos fluxos de caixa

19.1 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	30/09/2026
Empréstimos e financiamentos	**302.610**	(12.336)	(16.861)	15.856	289.269
Debêntures	**88.600**	(1.434)	(2.175)	6.292	91.283
Dividendos a pagar	**1.792**	(50.000)	-	48.208	-
Total	**393.002**	**(63.770)**	**(19.036)**	**70.356**	**380.552**

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.
(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem, além dos dividendos apropriados, os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias líquidas.

20. Instrumentos financeiros

20.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de concessionárias e permissionárias, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança com acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.
A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo estes dívida líquida sobre EBITDA.

20.2. Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

20.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

As divulgações quantitativas e da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificadas conforme a seguir:

				30/09/2026		31/12/2025	
	Nota	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo estimado
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	4	-	Custo amortizado	76	76	1.027	1.027
Caixa e equivalente de caixa (CDB e operações compromissadas)	4	2	VJR*	17.052	17.052	12.953	12.953
Títulos e valores mobiliários	5	2	VJR*	47.360	47.360	45.702	45.702
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	-	Custo amortizado	20.865	20.865	20.296	20.296
Total				**85.353**	**85.353**	**79.978**	**79.978**
Passivo a custo amortizado							
Fornecedores		-	Custo amortizado	2.596	2.596	4.275	4.275
Empréstimos e financiamentos	8	2	Custo amortizado	289.269	289.269	302.610	302.610
Debêntures	9	2	Custo amortizado	91.283	94.263	88.600	97.419
Total				**383.148**	**386.128**	**395.485**	**404.304**

*VJR – Valor justo por meio do resultado

20.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.
As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o período findo em 30 de setembro de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

21. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 30 de setembro de 2026, estão demonstrados a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil (i)	30/04/2025 a 10/12/2026	50.000
Risco operacional (i)	30/04/2025 a 10/12/2026	105.000
Directors and Officers (i)	28/01/2026 a 28/01/2027	60.000

(i) Estas apólices cobrem Verene Energia S.A e suas controladas.

22. Eventos subsequentes

Em 23 de outubro de 2026, foi concluída a operação objeto do Investment Agreement and Other Covenants (“Contrato”), celebrado em 15 de maio de 2026 entre a La Caisse de dépôt et placement du Québec (“La Caisse”) e o Grupo Energía Bogotá S.A. E.S.P. (“GEB”), com a interveniência e anuência da Verene Energia S.A. (“Verene”), acionista indireta da Companhia, por meio da qual foi criada uma plataforma de controle conjunto na qual foram consolidados os ativos de transmissão de energia detidos pela La Caisse e pelo GEB no Brasil (“Operação”). A Operação foi concluída após o cumprimento das condições suspensivas previstas no Contrato, incluindo a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A operação não alterou a composição acionária direta da Companhia.

Docusign Envelope ID: 2FB266DC-9BEF-8E94-82BC-C94C9FB1EBCD

***

Diretoria

José Cherem Pinto
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato
Diretora Financeira

Juliana Silva Gomes Madureira
Contadora
CRC RJ 116.377/O